

Deficiência, Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior: aproximações necessárias

Lúcia Pereira Leite

José Tadeu Acuna

Ana Paula Camillo Ciantelli

Gabriel Felipe Duarte Amaral

Como citar: LEITE, Lúcia Pereira; ACUNA, José Tadeu; CIANTELLI, Ana Paula Camillo; AMARAL, Gabriel Felipe Duarte. Deficiência, Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior: aproximações necessárias. In: LOUZADA, Juliana Cavalcante de Andrade; MARTINS, Sandra Eli Sartoretto de Oliveira (org.). **Inclusão e acessibilidade no Ensino Superior:** das políticas às práticas inclusivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 43-62. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-654-1.p43-62>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 2

Deficiência, Inclusão e Acessibilidade no Ensino Superior: aproximações necessárias

Lúcia Pereira LEITE¹

José Tadeu ACUNA²

Ana Paula Camillo CIANTELLI³

Gabriel Felipe Duarte AMARAL⁴

Introdução

O conceito de deficiência é caracterizado por sua complexidade, resultando de um crescente corpo de estudos e pesquisas acumulados nas últimas décadas. Esse avanço foi impulsionado por transformações políticas e econômicas em escala global, que fomentaram debates e reflexões, especialmente no campo da Educação, contribuindo para a formulação de teorias relacionadas ao ensino em diferentes níveis educacionais (Gallagher, 2004; Diniz, 2007).

Ampliado e enriquecido por diversas áreas, o campo de estudos sobre deficiência encontrou aporte na Psicologia Histórico-Cultural a partir das contribuições de Vigotski, sendo que tais contributos favoreceram pesquisas recentes sobre as particularidades da pessoa com deficiência e o pensar em uma sociedade que responde à diversidade humana da maneira assertiva e inclusiva (Garcia,

¹ Departamento de Psicologia/Faculdade de Ciências/Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Bauru/SP/Brasil/lucia.leite@unesp.br

² Departamento de Psicologia/Faculdade de Ciências/Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Bauru/SP/Brasil/tadeuacuna@gmail.com

³ Doutora em Psicologia / Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Bauru/SP/Brasil/aninhaciantelli@gmail.com

⁴ Graduado em Psicologia / Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Bauru/SP/Brasil/gabriel.duarte@unesp.br

1999; Gesser et al., 2012). De fato, as teorizações sobre o fenômeno da deficiência produziram implicações e transformações socioculturais, tais como nas políticas públicas que organizam serviços e na instituição de recursos orientados às pessoas nessa condição (Piccolo & Mendes, 2013). Neste texto, enfatiza-se o debate em um contexto específico, a saber, no Ensino Superior (ES).

O acesso ao mundo universitário por parte dos indivíduos com deficiência é uma discussão que acompanhou os eventos e movimentos sociais prol inclusão datados do final do século XX e início do XXI. Em 1994 ocorreu a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade”, nela foi elaborada a Declaração de Salamanca, que consolidou o conceito de Educação Inclusiva; No ano de 2006, aconteceu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, na qual foram estabelecidas diretrizes para garantir a inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades em diversas áreas, além de uma nova concepção de pessoa com deficiência, que passa a ser compreendida a partir da relação com suportes e barreiras sociais que podem ampliar ou prejudicar a participação social do sujeito nos diferentes ambientes (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão [SECADI], 2015).

O Brasil ratificou esses conteúdos prol inclusão em termos de leis, decretos e normativas com o intuito de amparar o estudante com deficiência desde a Educação Infantil até a Superior, por exemplo: a Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, decreto 6.949/09 e a Lei Brasileira de Inclusão (13.649/15). Foram então defendidos os direitos das pessoas com deficiência e estabelecidas diretrizes para garantir o acesso, permanência e conclusão dos seus estudos com qualidade (SECADI, 2015). A Educação Inclusiva passa a ser considerada como um paradigma que norteia o pensar, sentir e as práticas sociais dentro e fora das instituições de ensino. Neste sentido, incluir supera a simples possibilidade de matrícula nesses espaços.

Desta forma, os dispositivos legais passam a orientar transformações dentro e fora das escolas e universidades, vide o planejamento de recursos humanos, físicos e pedagógicos associados às necessidades educacionais das pessoas com algum tipo de deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e com Altas Habilidades/Superdotação. Inclusive, tais indivíduos passam a ser reconhecidos como Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), serviço que visa garantir o atendimento das demandas e particularidades de aprendizagem desses sujeitos (SECADI, 2015).

Pari passu a promulgação das políticas educacionais balizadas pela reflexão sobre o entendimento da deficiência e a pessoa que se encontra nessa condição,

num viés inclusivo, houve progressivo aumento do número de matrículas das pessoas com deficiência no Ensino Superior: em 2013 houve 29.034; em 2014, 33.377; em 2015, 37.927; em 2016, 35.891; em 2017, 38.272. Em 2023, foram computadas 92.756 matrículas no Ensino Superior brasileiro (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2024).

Cabe destacar que estar presente nas Instituições de Ensino Superior (IES) não significa a certeza de melhores condições de suporte à trajetória acadêmica, porém, são indícios que permitem pensar e questionar sobre a participação social da pessoa com deficiência e seu ingressar em um nível de ensino que até 1980 não era recorrente (Ciantelli et al., 2024). Mais que isso, reflete-se que ao passo em que foi ampliada o modo de conceituar a pessoa com deficiência, articulando a outros conceitos e temáticas, houve um avanço no debate sobre seus direitos, bem como, formas de materializá-los na realidade das IES. Neste sentido, o fato de conceber influencia e se desdobra em ações a favor ou contra a pessoa com deficiência.

Leite e Lacerda (2018), Leite et al. (2021) têm focado em estudos sobre as concepções que diferentes segmentos sociais fazem sobre a deficiência e os seus possíveis desdobramentos e/ou implicações. Dessa forma, permite (re) pensar no processo de inclusão de estudantes que se encontram nessa condição. Os autores pontuam que existem formas de conceber (explicar causas, etiologia, consequências e outras articulações) e, sinteticamente, ponderam algumas perspectivas pautadas nas concepções: metafísica, que enxerga as causas e consequências da deficiência sob uma perspectiva transcendental, sobre-humana e/ou sobrenatural; biomédica, concentra o entendimento da deficiência na estrutura orgânica do sujeito; e social, cujo enfoque orbita nas condições de sociabilidade, barreiras e suportes de acessibilidade.

Mediante ao interesse do assunto sobre concepção de deficiência com alusão ao Ensino Superior, os objetivos deste trabalho são: examinar o uso do termo deficiência e sua relação com outros termos que estejam associados e realizar apontamentos de como estes conceitos podem servir de base para favorecer a inclusão de estudantes universitários com deficiência nas IES, a partir de uma revisão bibliográfica.

Método

O texto pauta-se numa pesquisa de revisão bibliográfica de natureza exploratória e integrativa, incorporando elementos narrativos, conforme indicado por Vosgerau e Romanowski (2014). Esse tipo de abordagem proporciona

o exame de produções científicas que compartilham uma mesma área de conhecimento e/ou temática, permitindo uma visão abrangente do investigado. Segundo Noronha e Ferreira (2000, p. 191), esse método contribui para a identificação do “estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.” Assim, busca-se compreender como diferentes perspectivas abordam o objeto de estudo, promovendo uma análise ampliada.

Com essa metodologia, é viável selecionar e examinar estudos tanto empíricos quanto teóricos, qualitativos ou quantitativos, identificar a evolução de um determinado campo de saber mediante a reflexão das lacunas na produção científica e suas respectivas discussões que possam suprir esses espaços. De acordo com Brum et al. (2015) esse tipo de investigação não se destina à replicação de pesquisas, mas concentra-se no exame da qualidade e da relevância do conteúdo revisado a ser tratado. Contudo, a definição de critérios claros de busca e procedimentos sistemáticos de análise é indispensável para garantir a consistência e a validade dos debates propostos.

O processo de revisão foi estruturado em seis etapas, com base nas orientações de Noronha e Ferreira (2000), Vosgerau e Romanowski (2014) e Brum et al., (2015). Essas etapas incluem: a) a definição de questões de investigação e/ou hipóteses a partir de uma temática previamente selecionada; b) o estabelecimento de critérios claros de inclusão e exclusão, considerando o lócus da pesquisa e os descritores ou palavras-chave pertinentes; c) a realização do levantamento bibliográfico, seguido da descrição detalhada de informações como autor, data, local de publicação, objetivos, metodologia, resultados e conclusões dos documentos que atendam aos critérios estabelecidos; d) a sistematização, organização e categorização do material coletado, a fim de viabilizar sua análise com base nos objetivos propostos pelo pesquisador; e) a análise e discussão do conteúdo selecionado; e, por fim, f) a elaboração de conclusões que sintetizam o estado da arte sobre o tema investigado.

As questões estabelecidas para o estudo foram: como os artigos levantados comprehendem a deficiência? Tratam-se de concepções articuladas com conceitos de inclusão e de acessibilidade? Pode-se afirmar que as concepções estejam em uma perspectiva social de deficiência? Estes conceitos articulados permitem discutir e repensar os suportes e barreiras de acessibilidade no ES? Como podem auxiliar na formulação de políticas públicas educacionais e institucionais no ES?

O lócus de pesquisa escolhido por conveniência e familiaridade dos pesquisadores foi o portal de periódicos ProQuest, uma vez que ele e todas as suas empresas associadas fazem parte da Clarivate, uma provedora líder global de

serviços de informação bibliográfica, além de incluir outros indexadores como Web of Science, Ex Libris e Innovative.

Os critérios de inclusão foram artigos em inglês publicados entre o período de 2018 a 2022, os quais deveriam abordar a temática Inclusão no Ensino Superior, a partir da Psicologia ou áreas correlatas à Educação. Os critérios de exclusão podem ser entendidos como aqueles contrários aos de inclusão, todavia, foram excluídos estudos no formato de teses, dissertações, monografias, livros, cartilhas, artigos de revisões teóricas ou bibliográficas, trabalhos repetidos, que não estivessem na íntegra e/ou disponíveis para download.

Foram dinamizados os operadores booleanos com os seguintes descritores: “*concept of disability*” OR “*disability concept*” AND “*higher education*” AND “*education inclusion*” AND “*Psychology*” AND “*Scholarly Journals*”. Isso permitiu reunir 75 artigos os quais foram lidos na íntegra aplicando os critérios de inclusão, o que resultou em sete trabalhos selecionados para a análise.

Optou-se por elaborar uma planilha no editor de texto *Excel* para facilitar o processamento e posteriores análises. As células da tabela foram reservadas para serem preenchidas com o título do artigo; o ano de publicação; os nomes dos autores; periódico da publicação indexada; resumo traduzido para o português. Posteriormente, avançaram-se duas colunas as quais foram completadas com uma síntese dos objetivos e dos principais resultados e discussões. O quadro a seguir ilustra a amostra construída:

Quadro 1
Classificação dos artigos selecionados (n=7)

Referência	Objetivos	Principais resultados e discussões
Leite e Lacerda (2018)	Delimitar parâmetros para elaborar um modelo conceitual de discussão sobre os diferentes aspectos do fenômeno da deficiência.	Apresentação de uma escala de concepções de deficiência pautadas em quatro diferentes concepções com possibilidades de análises distintas: biológica, psicosocial, histórico-cultural e metafísica.
Ndlovu (2019)	Discutir e problematizar como grupos minoritários enfrentam diferentes dificuldades de acesso ao ensino superior.	As barreiras devem ser entendidas e discutidas de maneira interseccional sob uma perspectiva decolonial para que possam ser conscientizadas e efetivamente superadas.
Bartz (2020)	Investigar como os programas governamentais e as políticas públicas contribuem para a acessibilidade da pessoa com deficiência no Ensino Superior.	Diante da multiplicidade das barreiras no acesso e permanência no Ensino Superior, o protagonismo das pessoas com deficiência nesse debate é crucial para uma verdadeira transformação.

Referência	Objetivos	Principais resultados e discussões
Moreno-Rodriguez et al. (2021)	Discutir a articulação entre programas para a inclusão no ES com a Agenda 2030 de sustentabilidade no contexto universitário.	A conceituação da deficiência alinhada a uma agenda de sustentabilidade no ES promove capacitação humanizada para futuros profissionais.
Valle-Floréz et al. (2021)	Discutir as diferentes barreiras de acessibilidade no ES e como pensar sua superação.	A discussão sobre acessibilidade na vida universitária perpassa diferentes cargos das instituições e requer uma formação alinhada com as diferentes concepções de deficiência.
Sniatecki et al. (2021)	Investigar experiências e aspectos positivos de ser um estudante universitário com deficiência.	Apesar dos desafios existentes no ES, cinco temas mostram-se positivos de ser um estudante com deficiência: auto-aceitação; empatia/compreensão; defesa e ensino de outros; experiências e oportunidades de relacionamento únicas e motivação/determinação/perseverança.
Radlińska et al. (2021)	Investigar as atitudes em relação às pessoas com deficiência física entre estudantes universitários da área da saúde.	A história de vida e as experiências anteriores e atuais à formação universitária podem ou não contribuir para atitudes positivas em relação às pessoas com deficiência.

Nota. Elaborado pelos autores

O estudo dos artigos foi orientado pela perspectiva qualitativa e fundamentada em alguns princípios da Análise de Conteúdo (Bardin, 2006). Com o uso desta sistemática, é possível criar grupos temáticos considerando o significado dos elementos que o compõem. Por outro lado, também é possível definir categorias anteriores à análise do texto, de forma que o coletado responda aos intentos do pesquisador. Neste sentido, foi possível criar duas grandes categorias considerando as discussões feitas pelos autores dos artigos que recorreram aos conceitos de Deficiência, Inclusão e Acessibilidade, para debater os achados de suas pesquisas. Mais que isso, foi possível levantar hipóteses e reflexões sobre o processo de inclusão no Ensino Superior brasileiro.

Resultados e discussões

A categorização aplicada aos sete artigos permitiu construir dois grupos temáticos, a saber: 1. Estudos que discutem proposições de superação de barreiras de acessibilidade vivenciadas pelas pessoas com deficiência no ES; 2. Estudos que enfatizam o debate sobre compreensões da deficiência e como podem servir de base para a elaboração de políticas públicas educacionais e institucionais, além de ações de apoio às pessoas com deficiência. O bloco 1 é

composto por quatro trabalhos que são de Ndlovu (2019), Bartz (2020), Valle-Floréz et al., (2021), Sniatecki et al., (2021). Por sua vez, constituem o grupo 2 três artigos que são de Radlińska et al. (2021), Moreno-Rodriguez et al., (2021) e Leite e Lacerda (2018). A seguir, são apresentados alguns apontamentos sobre os estudos que compõem os grupos A e B.

Análise do grupo 1

A partir dos estudos de Ndlovu (2019), Bartz (2020), Valle-Floréz et al., (2021) e Sniatecki et al., (2021) é possível reconhecer que existem elementos que dificultam ou inviabilizam o ingresso e/ou a permanência da pessoa com deficiência no ES. Ou seja, se configuram como barreiras de acessibilidade as quais são compreendidas como fatores, atitudes, contextos ou estruturas que dificultam ou impedem o acesso e a plena participação de pessoas com deficiência nas IES. Essas barreiras podem ser físicas, comunicacionais, atitudinais, pedagógicas, institucionais ou tecnológicas, as quais geram impactos profundos na trajetória educacional, profissional e na saúde das pessoas com deficiência. A leitura dos autores supracitados permite compreender que identificar, nomear e reconhecer os efeitos dessas barreiras no trato e convívio com as pessoas com deficiência se faz necessário, pois esta ação orienta o provimento de suportes e superação de barreiras.

Para a promoção da inclusão no ES, é preciso entender as extensões das barreiras e dos entraves encontrados nesse ambiente de formação em diversos aspectos que permeiam a vida universitária e a participação acadêmica do estudante com deficiência. Não obstante, é oportuno considerar as dimensões da Acessibilidade como parâmetro de análise das condições de participação mais efetiva desse público. Isso significa se atentar às políticas institucionais pro pessoas com deficiência, fluxo e gestão institucional de informação e serviços de apoio, tecnologias assistivas, intérpretes de LIBRAS, metodologias de ensino adaptadas às necessidades educacionais específicas, respeito e integração entre as pessoas. Caso esses elementos estejam aquém do esperado, é preciso investir em ações que os atualizem e requalifiquem.

Dentre as ações apontadas para a superação dessas barreiras no ES, Bartz (2020) destaca: promover escuta e diálogo entre estudantes e professores para entender as barreiras e encontrar soluções comuns; promover formação dos docentes visando o uso de métodos de ensino inclusivos, como o Design Universal da Aprendizagem; compreender melhor os motivos pelos quais os professores negam certos direitos aos seus alunos para poder intervir com mais

assertividade, planejar e implementar palestras universitárias sobre o tema, a partir da realidade e necessidades dos estudantes da instituição.

Em complementar, Valle-Floréz et al., (2021) reafirmam a importância da acessibilidade pedagógica, ou seja, de oferecer informações qualificadas ao professor, sugerindo não apenas programas de formação inicial e em serviço aos docentes, mas cursos/oficinas que tratem sobre adaptação curricular, abordagens ativas da aprendizagem, diversificação de métodos de ensino e avaliação, e o uso de tecnologias da informação e comunicação. Sugerem fomentar a participação e certificação dos professores nessas formações como indicadores de desempenho e promoção profissional. Os autores indicam que os professores podem contribuir para o bom relacionamento entre os pares e a integração social desses jovens nas instituições.

Além destas ações, destaca-se a necessidade de se atentar para as barreiras invisíveis, históricas, culturais e atitudinais que contribuem com a manutenção das desigualdades, discriminações e opressões sofridas pelas pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais. Nessa direção, faz-se importante um olhar interseccional para os diferentes marcadores sociais e culturais (gênero, raça/etnia, classe socioeconômica, orientação sexual, religião, etc.) para compreender os obstáculos enfrentados por estudantes com deficiência, que de acordo com Ndvolu (2020), devem ser entendidas e discutidas de maneira interseccional sob uma perspectiva decolonial. Segundo o autor, é preciso consciência e conscientização por parte dos próprios estudantes com deficiência e da comunidade sobre as causas invisíveis e profundas dos obstáculos enfrentados e que haja união entre outros grupos oprimidos na luta pelos seus direitos, visando transformações estruturais, culturais e práticas nas IES e na sociedade, posteriormente (Ndvolu, 2020).

No artigo de Sniatecki et al., (2021) são investigadas as experiências e aspectos positivos de ser um estudante universitário com deficiência, destacando que os participantes lidam bem e aceitam a deficiência, a compreendem e lutam por seus direitos, advogando pela causa e ensinando outros sobre o tema, possuem bons amigos e mostram-se pessoas motivadas, determinadas e perseverantes, fatores que segundo os autores devem ser trabalhados em intervenções e fortalecidos nos estudantes para melhor desempenho pessoal e de sucesso acadêmico, frente aos desafios vividos na universidade. Tratam-se de fatores investigados e sinalizados igualmente por Ciantelli e Leite (2022), Ciantelli, Martins e Leite (2024) e Ciantelli, Leite e Martins (2024), que defendem a disponibilidade de redes de apoio e de suporte prático e emocional como fatores protetivos, de empoderamento e de desenvolvimento pessoal, social e

acadêmico para estudantes universitários com deficiência, tendo na atuação da Psicologia uma forte aliada nessa direção.

Em suma, o estudo dos artigos que compõe o grupo 1 permite refletir que dependendo dos suportes ou barreiras disponíveis às pessoas com deficiência no ES, os efeitos desta condição podem diminuir ou se intensificar, gerando facilidades ou dificuldades ao longo das vivências acadêmicas. Por exemplo, uma pessoa com deficiência auditiva pode participar e acompanhar as aulas desde que exista um intérprete de LIBRAS e outras adaptações pedagógicas. Porém, se esses recursos não existirem ou não disporem de certa qualidade, existirão barreiras à sua participação que certamente prejudicarão seu aprendizado. Nota-se que o olhar é deslocado para a interação da pessoa com seu contexto e não reduzido a sua condição tal como discutido por Acuna (2022), abordando a concepção social de deficiência.

Análise do grupo 2

A partir dos estudos de Radlińska et al. (2021), Moreno-Rodriguez et al., (2021) e Leite e Lacerda (2018) entende-se que a deficiência é complexa e multifacetada, historicamente determinada pelas forças que estabelecem os modos e meios da produção da vida humana. Em uma rápida digressão, olhando para a tratativa da pessoa com deficiência nas diferentes civilizações passadas, identificam-se ideias de extermínio, exclusão sumária, chacota, assistencialismo, hospitalização, correção(adaptação) e integração social para com ela. Isso mostra que o conceito de ser uma pessoa com deficiência é mutável e se articula a outros, uma vez que a tratativa se alterou ao longo dos tempos.

Essa mutabilidade do conceito de deficiência revela conexão com as concepções de Homem, sociedade e direitos que prevalecem em cada época da história humana. A maneira como os indivíduos são compreendidos — enquanto sujeitos dotados, ou não, de capacidades e potencialidades — reflete as estruturas sociais, culturais, de valores, econômicas e políticas que moldam as relações humanas. Sob essa perspectiva, a deficiência não pode ser reduzida a uma condição intrínseca ou exclusivamente biológica, mas deve ser vista como uma construção social, cultural e histórica, resultante das interações entre as características individuais com o contexto, levando em conta o que é considerado como típico e adequado pela sociedade.

A partir do final do século XX, observa-se que a pessoa com deficiência passou a ser reconhecida não mais como um objeto ou “coisa” a ser ajustada ou corrigida, mas como um sujeito pleno de direitos (Acuna, 2022). Esse movimento

é fruto de lutas sociais que destacaram a diversidade como característica essencial do ser humano. A noção de que o desenvolvimento humano é multifacetado implica reconhecer que as diferenças não representam desvios de uma norma idealizada, mas variações naturais e legítimas. Nesse sentido, a deficiência deixa de ser uma marca de inferioridade e se torna um aspecto da pluralidade humana.

Leite e Lacerda (2018), Leite et al. (2021) defendem que a perspectiva social de deficiência desloca o olhar tradicionalmente centrado no que é considerado como déficit ou incapacidade da pessoa para as condições socioculturais que perpassam suas experiências. Sob essa ótica, antes de rotular uma pessoa como incapaz ou deficitária é fundamental examinar os contextos nos quais ela está inserida. Muitos ambientes, sejam eles físicos, sociais ou institucionais, são projetados com base em um modelo normativo de funcionalidade, que privilegia um tipo específico de corpo, mente ou comportamento, enquanto exclui aqueles que apresentam características diferentes e que não se ajustam a esse padrão.

Além disso, numa compreensão social de deficiência, é preciso apreender ainda as interações sociais que a pessoa com deficiência experimenta ao longo da sua vida, visto que as barreiras sociais impostas pela sociedade, causadas por atitudes, estruturas e normas sociais, podem influenciar positivamente ou negativamente na inclusão desses sujeitos nas diferentes esferas da sociedade (Paleari et al., 2024).

Segundo Radlińska et al. (2021) e Moreno-Rodriguez et al. (2021), são as barreiras inerentes à mentalidade das sociedades, de cada tempo histórico, que levam à estigmatização e exclusão social de pessoas com deficiência e que, portanto, faz-se necessário analisar e modificar atitudes negativas e, consequentemente, concepções equivocadas. Para os autores, essas mudanças podem começar no ES, dotando os graduandos e futuros profissionais de diversas áreas de conhecimentos, de reflexões, ferramentas e habilidades para lidarem com a complexidade da diversidade humana.

Assim, compreendendo que as políticas públicas são formuladas e influenciadas por valores, atitudes, comportamentos, demandas e necessidades de uma dada sociedade e que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (SECADI, 2015) é um instrumento potente para o reconhecimento de justiça social, igualdade, equidade e inclusão social, defendendo um modelo social de deficiência, Moreno-Rodriguez et al. (2021) propuseram a implementação de uma formação interdisciplinar obrigatória para todos os alunos da graduação de uma universidade da Espanha, cujo tema foi a acessibilidade e o Design Universal, com o objetivo de formar profissionais mais comprometidos com a diversidade e a inclusão.

Todavia, é comum observar em IES no Brasil, que a falta ou baixa qualidade de acessibilidade gera barreiras para estudantes com deficiência, as quais potencializam dificuldades ou os exclui sumariamente do contexto. No entanto, em vez de reconhecer essas falhas estruturais e investir em soluções que contemplam a diversidade, recorre-se à culpabilização do indivíduo que diverge do padrão, distanciando-se de um modelo social de deficiência. Essa culpabilização funciona como uma estratégia para evitar a atualização de recursos humanos, físicos e pedagógicos, uma vez que adaptar ambientes e práticas educativas para acolher diferentes necessidades é visto como oneroso (Acuna, 2022).

Essa postura não só perpetua atitudes negativas, opressivas, levando à exclusão, mas reforça a ideia equivocada de que a deficiência está na pessoa, ignorando que ela surge da interação entre as características do indivíduo e as barreiras sociais e contextuais impostas pelo ambiente. Diversificar recursos pode ser um desafio inicial, mas é um investimento necessário para a construção de espaços inclusivos e para o reconhecimento da diversidade como valor fundamental de qualquer sociedade democrática.

É importante enfatizar que a perspectiva social da deficiência não nega que certas condições biológicas possam acarretar dificuldades ou mesmo prejuízos à saúde e ao bem-estar dos sujeitos. Essas questões existem e merecem atenção. No entanto, o ponto central é que culpabilizar o sujeito por não se adequar a padrões normativos e, consequentemente, negar a ele o acesso a recursos adaptados, é uma postura desumana (Gesser et al., 2022). Essa lógica é contrária à inclusão, pois incluir pressupõe a valorização da diversidade e a criação de condições que permitam a plena participação de todos, independentemente de suas características. Adaptar ambientes, práticas e recursos não é uma questão de conveniência, mas de justiça social e respeito à dignidade humana.

Em suma, a partir do estudo dos artigos que compõe o grupo 2, é possível pontuar ainda que a compreensão de deficiência, a partir do modelo social, deve ser entendido e articulado com outros conceitos, como o de acessibilidade e inclusão, conforme previsto na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e na LBI (SECADI, 2015). A deficiência não pode ser separada das condições do ambiente e das barreiras que este impõe. Um espaço que não seja acessível e que não reconheça a pessoa com deficiência como sujeito de direitos, com as mesmas prerrogativas de qualquer outro indivíduo, jamais poderá ser considerado inclusivo. Inclusão, nesse sentido, exige a eliminação de barreiras — físicas, sociais, atitudinais e pedagógicas — e a construção de contextos que respeitem e acolham a diversidade humana em sua totalidade. Sem acessibilidade, a inclusão se torna um discurso vazio, incapaz de promover

a transformação necessária para uma sociedade igualitária em direitos e equitativa em oportunidades (Acuna, 2022).

Interface entre os achados nos grupos 1 e 2

Os dois grupos de artigos compartilham uma base comum, que parte de uma concepção social de deficiência e articula os conceitos de inclusão e acessibilidade como eixos fundamentais para compreender e transformar as condições enfrentadas por pessoas com deficiência no ES. Ambos os blocos destacam que a deficiência não é uma condição estritamente individual ou biológica, mas uma construção social que emerge da interação entre as características dos sujeitos, a cultura e as barreiras impostas pelo ambiente. Essa perspectiva reforça que a inclusão depende da eliminação dessas barreiras e da criação de condições que valorizem e acolham a diversidade humana.

No grupo 1, o foco recai sobre a identificação e superação das barreiras de acessibilidade (físicas, comunicacionais, atitudinais, programáticas, metodológicas etc.) nas IES. Esse bloco sublinha a necessidade de criação de políticas institucionais e ações práticas que promovam suporte efetivo e adaptação de recursos para estudantes com deficiência.

O grupo 2 complementa essa discussão ao contextualizar historicamente a deficiência como um fenômeno multifacetado, diretamente relacionado às concepções de Homem e sociedade. Traz à tona como a percepção da deficiência evoluiu de uma marca de inferioridade para um reconhecimento de pluralidade, ressaltando que a inclusão exige não apenas infraestrutura acessível, mas também um repositionamento cultural, social e ético em relação à diversidade.

Entende-se que os achados dos dois grupos convergem na crítica à culpabilização do indivíduo com deficiência por sua inadequação a padrões normativos, destacando que essa prática perpetua a exclusão e desresponsabiliza as instituições de seus deveres de adaptação. Além disso, reforçam que acessibilidade e inclusão estão intrinsecamente conectadas, enfatizam que sem a eliminação de barreiras e o reconhecimento da pessoa com deficiência como sujeito de direitos, a inclusão permanece uma idealização inatingível. Essa intersecção entre as discussões demonstra que a promoção da inclusão no ES ultrapassa a revisão das práticas institucionais, implicando num compromisso ético, político imbricado com a justiça social e o respeito à dignidade humana.

Os artigos analisados permitem identificar elementos necessários para avançar no processo de inclusão de estudantes com deficiência no ES, ponderando barreiras, discutindo proposições de superação destas, garantia de direitos e

chamando a atenção para a relevância de compreender a representação social da deficiência. Entretanto, embora sejam fundamentais para a construção de um arcabouço teórico robusto, é crucial que mais estudos empíricos sejam realizados. Essas pesquisas devem entrar em contato direto com as barreiras de acessibilidade vivenciadas nas instituições e implementar intervenções envolvendo os diferentes personagens que compõem as IES, como gestores, docentes, técnicos e estudantes.

Isso parece importante, pois quando se planeja e executa ações de promoção de inclusão e acessibilidade no ES, a análise da prática cotidiana tem o potencial de revelar nuances e particularidades que escapam à análise teórica inicial, uma vez que as intervenções atuam sobre um recorte específico da realidade, permitindo olhar integral e clínico. Dessa forma, os resultados produzidos por intervenções podem atualizar, ressignificar e ampliar modelos, perspectivas e abordagens inclusivas. Além disso, é importante não perder de vista que um olhar interseccional sobre os diferentes marcadores sociais que se intercruzam com a deficiência, ou seja, é preciso relacioná-la a classes de gênero, étnicas, socioeconômica, entre outras, quando se pensa em compreender, propor e alterar culturas.

Diante dessa conjuntura, estudos teóricos e de intervenção mediados pela Psicologia, em interface com outras áreas do conhecimento, parecem ser um caminho promissor para contribuir significativamente com o preenchimento da lacuna entre os princípios inclusivos estabelecidos nas políticas educacionais e sua implementação nas IES, visto que os dispositivos legais proíbem a inclusão da pessoa com deficiência, por exemplo a LBI (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), não oferece métodos concretos ou ferramentas práticas para sua execução, apesar de trazer princípios sobre o que é inclusão, acessibilidade, deficiência e o que deve ser feito para promovê-las.

Sendo assim, questões centrais como os impasses acerca das relações de poder dentro das instituições, a resistência e atitudes de alguns setores e as limitações financeiras para os investimentos necessários, não são suficientemente consideradas ou abordadas nela. Isso cria uma lacuna significativa entre a formulação teórica e a aplicação prática, dificultando a efetivação da inclusão e revelando a necessidade de um esforço conjunto para alinhar políticas, práticas e recursos.

Nessa direção, a Psicologia, como ciência comprometida éticamente com o ser humano e com a manutenção dos seus direitos, zelando pelo seu cidadão, saúde e bem-estar, deve assumir práticas e pesquisas comprometidas com a inclusão social de grupos que por muito tempo foram oprimidos e tiveram seus direitos negados, como é o caso da pessoa com deficiência, enfrentando o capacitismo e as concepções biologizantes presentes nos diversos espaços educacionais (Ciantelli et al., 2017).

Além disso, o psicólogo(a) pode desempenhar diferentes papéis fundamentais no ES, como criar e oferecer redes de suporte e apoio a estudantes com deficiência, como grupos psicoeducacionais interventivos, visando promoção de escuta, consciência crítica e reflexiva e ações de empoderamento, bem como pode promover ações de sensibilização e conscientização sobre deficiência, inclusão e acessibilidade, desconstruindo mitos, estereótipos, atitudes e concepções errôneas presentes na comunidade acadêmica, de modo a contribuir para a construção de políticas públicas educacionais e institucionais (Ciantelli & Leite, 2022; Ciantelli, Martins & Leite, 2024).

Por fim, ao adotar como referência a Psicologia Histórico-Cultural tem-se um olhar prospectivo sobre o desenvolvimento humano, que privilegia as potencialidades dos sujeitos em vez de se deter nas dificuldades impostas por contextos não adaptados. Assim, intervenções baseadas nessa abordagem têm o potencial de não apenas oferecer suporte direto às pessoas com deficiência, mas também transformar as estruturas institucionais, pedagógicas, políticas e culturais que perpetuam barreiras para a efetiva participação da pessoa com deficiência.

Considerações finais

A pesquisa bibliográfica em tela foi motivada pelos seguintes questionamentos: como os artigos levantados compreendem a deficiência? Tratam-se de concepções articuladas com conceitos de inclusão e de acessibilidade? Pode-se afirmar que as concepções estejam em uma perspectiva social de deficiência? Estes conceitos articulados permitem discutir e repensar os suportes e barreiras de acessibilidade no ES? Como podem auxiliar na formulação de políticas públicas educacionais e institucionais no ES?

Procedida a revisão bibliográfica, chegou-se ao entendimento que os conceitos de Inclusão, Acessibilidade e Deficiência utilizados nos artigos analisados permitem discutir e repensar os suportes e barreiras de acessibilidade no Ensino Superior. No entanto, é essencial destacar que essa articulação conceitual não pode se basear em qualquer perspectiva de deficiência, mas sim numa perspectiva social, que compreende a deficiência como uma categoria de análise que emerge das interações entre as características dos sujeitos e as condições impostas pelo contexto cultural e datadas historicamente.

Essa visão descentraliza a ideia de déficit intrínseco ao indivíduo e direciona o olhar para os contornos socioculturais e estruturais que perpassam as experiências das pessoas com deficiência nos diversos contextos dos quais ela participa ou não. Ademais, o estudo mostra que se faz necessário compreender

a deficiência numa visão interseccional com outros marcadores sociais e culturais, situação essa que passou recentemente a ser explorada pela literatura.

Para pensar em inclusão de maneira efetiva acredita-se que é preciso adotar uma perspectiva social da deficiência, que reconhece a pessoa considerada nesta condição como alguém de direitos, com suas potencialidades, e não como um ser limitado por características biológicas. O conceito de inclusão, portanto, está intimamente associado à maneira como se comprehende a deficiência e a pessoa nesta situação.

Incluir, nesse sentido, significa promover mudanças estruturais e culturais nas IES, de modo a superar as barreiras que impedem a participação mais efetiva dos categorizados como estudantes com deficiência. Isso implica a necessidade de promover suportes de acessibilidade nas suas dimensões – físicas, comunicacionais, atitudinais, programáticas e pedagógicas – criando ambientes que acolham e respondam às suas particularidades. Somente ao superar essas barreiras, o conceito de inclusão se materializa deixando de se configurar como um termo abstrato e idealizado.

Nessa direção, foram destacadas algumas possibilidades de superação das barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência no contexto universitário: promoção de escuta e diálogo entre estudantes e professores, buscando soluções comuns; realização de formações iniciais e em curso destinadas aos professores, visando o uso de práticas, métodos, avaliações de ensino inclusivo; promoção de bons relacionamentos entre os pares e integração dos estudantes a partir da mediação do professor; assegurar a participação dos professores em cursos de formação inclusiva através de bonificações e promoções de carreira; realização de palestras sobre a temática a comunidade universitária, conscientizando todos, inclusive os estudantes com deficiência sobre as barreiras invisíveis, históricas, culturais, atitudinais que continuam oprimindo e discriminando pessoas com deficiência; promoção de união entre grupos oprimidos na luta por transformações estruturais, culturais e práticas nas IES; promoção de práticas intervencionistas que visem o desenvolvimento pessoal dos estudantes com deficiência, trabalhando a autoaceitação, a autoadvocacia, a autodeterminação, o empoderamento, etc., de modo a contribuir com seu sucesso acadêmico.

Para além destas sugestões, os artigos analisados nesta revisão integrativa também ressaltam que as atitudes da comunidade acadêmica diante do processo de inclusão de pessoa com deficiência devem ser investigadas e analisadas, pois podem favorecer ou não práticas, políticas e culturas inclusivas no contexto universitário, apontando que todos os futuros profissionais devem ser dotados de conhecimentos e habilidades para lidarem com a complexidade e diversidade

humana e estarem comprometidos com a pauta da deficiência. Assim, a implementação de uma formação interdisciplinar sobre temas como “acessibilidade e design para todos”, bem como de outros temas interseccionais a temática, obrigatória a todos os alunos de graduação das instituições, parece ser uma estratégia eficaz para a promoção da inclusão dentro e fora dos muros das universidades.

Por fim, o estudo avança ao propor que estudos teóricos e de intervenção, mediados pela Psicologia entrelaçada com outras áreas correlatas, podem ser um caminho promissor para contribuir significativamente com o preenchimento da lacuna entre os princípios inclusivos estabelecidos nas políticas educacionais e sua implementação nas IES, com uma abordagem estratégica para a promoção da acessibilidade, para a desconstrução de conceitos de deficiência capacitistas, individualizantes e patologizantes e para auxiliar na elaboração de políticas públicas e institucionais inclusivas no Ensino Superior.

Referências

- Acuna, J. T. (2022). *Acessibilidade pedagógica ao universitário com transtorno do espectro autista: Contribuições da psicologia à prática docente*. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru]. Repositório Institucional Unesp. <http://hdl.handle.net/11449/217201>
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bartz, J. (2020). All inclusive?!: Empirical insights into individual experiences of students with disabilities and mental disorders at German universities and implications for inclusive higher education. *Education Sciences*, 10(9), 223. <https://doi.org/10.3390/educsci10090223>
- Brum, C. N., Zuge, S. S., Rangel, R. F., Freitas, H. M. B., & Pieszak, G. M. (2015). Revisão narrativa da literatura: Aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. In M. R. Lacerda & R. G. S. Costenaro (Orgs.). *Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde: Da teoria à prática* (pp. 123–142). Moriá.
- Ciantelli, A. P. C., & Leite, L. P. (2022). Psicologia e inclusão: Uma proposta de intervenção aos estudantes com deficiência no ensino superior. *Educação e Filosofia*, 36(76), 97–132. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v36n76a2022-60803>
- Ciantelli, A. P. C., Leite, L. P., & Martins, M. H. (2024). O que faço com o que fizeram de mim?: A identidade de Universitários com deficiência. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 19(00), 1–20, Artigo e024142. <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.19614>
- Ciantelli, A. P. C., Leite, L. P., & Nuernberg, A. H. (2017). Atuação do psicólogo nos “níveis de acessibilidade” das universidades federais brasileiras. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 303–311. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121119>

Ciantelli, A. P. C., Martins, M. H. M., & Leite, L. P. L. (2024). Inclusão de estudantes com deficiência na universidade: Retratos do Brasil e de Portugal. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 13(1), 1–21. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n1a2024-71966>

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense.

Gallagher, D. J. (2004). The importance of constructivism and constructivist pedagogy for disability studies in education. *Disability Studies Quarterly*, 24(2). <https://dsq-sds.org/index.php/dsq/article/view/489/666>

Garcia, R. M. C. (1999). A educação de sujeitos considerados portadores de deficiências: Contribuições vygotskianas. *Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos*, 1(1), 42–46. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1519>

Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 557–566. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>

Gesser, M., Zirbel, I., & Luiz, K. G. (2022). Care for disabled people with complex dependency: A matter of justice. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), Artigo e86995-en. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286995>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). *Censo da educação superior 2023: Divulgação dos resultados*. https://drive.google.com/file/d/1L-cvozBGL1cMB1T8G44dF8ETV-2YU7ZD/view?usp=drive_link

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015, julho 7). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, seção 1. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

- Leite, L. P., & Lacerda, C. B. F. D. (2018). The construction of a scale on the conceptions of disability: Methodological procedures. *Psicologia USP*, 29(3), 432–441. <https://doi.org/10.1590/0103-65642018109>
- Leite, L. P., Cardoso, H. F., & Oliveira, T. D. (2021). Escala intercultural de concepções de deficiência: Construção e estudos psicométricos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27, Artigo e0208, 573–588. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0208>
- Moreno-Rodriguez, R., Diaz-Vega, M., Lopez-Bastias, J. L., & Espada-Chavarria, R. (2021). Online training in accessibility and design for all: A tool to train post-COVID inclusive graduates. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(23), Artigo 12582. <https://doi.org/10.3390/ijerph182312582>
- Ndlovu, S. (2019). Access into professional degrees by students with disabilities in South African higher learning: A decolonial perspective. *African Journal of Disability*, 8, Artigo a514, 1–12. <https://doi.org/10.4102/ajod.v8i0.514>
- Noronha, D. P., & Ferreira, S. M. S. P. (2000). Revisões de literatura. In B. S. V. Campello, B. V. Cendón, & J. M. Kremer (Orgs.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais* (pp. 191–198). UFMG.
- Paleari, A. P. G., Quevedo, A. L., Leite, L. P., & Barbosa, C. G. (2024). Concepções de deficiência em universitários: Revisão sistemática da literatura. *Perspectivas Contemporâneas*, 19, Artigo e02442. <https://doi.org/10.54372/pc.2024.v19.3787>
- Piccolo, G. M., & Mendes, E. G. (2013). Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. *Educação & Sociedade*, 34(123), 459–475. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200008>

Radlińska, I., Kożybska, M., & Karakiewicz, B. (2021). Attitudes of Polish medical and health sciences students towards persons with physical disabilities using the MAS-PL Scale. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(15), Artigo 7787. <https://doi.org/10.3390/ijerph18157787>

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. (2015). *Orientações para a implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secad-i-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192

Sniatecki, J. L., Ashton, J. R., Perry, H. B., & Snell, L. H. (2021). Positive aspects of disability among college students. *Journal of Research in Innovative Teaching & Learning*, 14(2), 150–161. <https://doi.org/10.1108/JRIT-09-2019-0069>

Valle-Flórez, R. E., Caso Fuertes, A. M., Baelo, R., & García-Martín, S. (2021). Faculty of education professors' perception about the inclusion of university students with disabilities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(21), Artigo 11667. <https://doi.org/10.3390/ijerph182111667>

Vosgerau, D. S. A. R., & Romanowski, J. P. (2014). Estudos de revisão: Implicações conceituais e metodológicas. *Revista diálogo educacional*, 14(41), 165–189. <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>